

PROCESSO - AI Nº 018066/82
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - ITÃO SUPERMERCADOS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES S/A.
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PROFAZ
ORIGEM - INFAZ ILHÉUS
INTERNET - 19.06.02

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0203-11/02

EMENTA: ICMS. RETIFICAÇÃO DE MULTA. REVISÃO DE ACÓRDÃO. Representação proposta de acordo com o art. 119, II, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), alterada pela Lei nº 7.438/99, tendo em vista ter havido equívoco na indicação do valor do débito exigido. Em relação à multa deverá ser ajustada para 100%, considerando a alteração da legislação e a retroatividade benéfica prevista no art. 106, II, “c”, do CTN. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A PROFAZ representa ao Egrégio CONSEF, com base no artigo 119, Inc. II, do COTEB, alterado pela Lei nº 7.438/99 para que seja apreciado o presente processo, tendo em vista que houve erro na indicação do valor do débito, quando do julgamento do Auto de Infração em epígrafe, uma vez que na Resolução nº 103/89 de fl. 84 foi considerado devido o imposto no valor de Cr\$ 998.231,10 que convertido para o Cruzado Novo ficou em NCZ\$ 0,99. Embora no Auto de Infração esteja parecendo que este é o valor correto (o furador de papel retirou o primeiro algarismo)., podemos verificar no Termo de Fiscalização de fl. 5 e 6 e no Demonstrativo de Débito de fl. 8 que o valor do imposto é de Cr\$ 3.998.231,10.

Após a correção da Resolução, encaminhar o PAF ao setor competente para relançar o julgamento no Sistema, tendo em vista que o Auto de Infração foi julgado procedente condenando a autuada ao pagamento do imposto devido com multa de 150% mais a multa de 6 UPFs-BA. Conforme tabela do DAT/GEARC o valor da UPF/82 é de Cr\$ 2.764,00, logo, 6 UPFs-BA = Cr\$ 16.584,00. Este será o valor a ser lançado, pois até 04/07/1986 a quantidade de UPFs-BA era convertida para a moeda vigente. Em relação à multa percentual, deverá ser adequada de 150% para 100%, considerando a alteração na legislação e a retroatividade benéfica prevista no art. 106, II, “c”, do CTN.

Em seguida, encaminhar o PAF à INFAZ para ciência do autuado.

Na oportunidade, este Conselheiro Relator deu maiores esclarecimentos sobre a proposta sugerida pela PROFAZ.

VOTO

Face à análise e exame dos elementos constantes nos autos e principalmente da Representação proposta, concluí pelo acerto dos fundamentos contidos na Representação apresentada pela Douteira PROFAZ.

Diante do exposto, voto pelo ACOLHIMENTO da Representação.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade **ACOLHER** a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de maio de 2002.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO - RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR. DA PROFUZ